

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

**Perfil, evolução e perspectivas
do ensino e da pesquisa em
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

Salvador
EDUFBA
2015

2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui

Normalização
Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Heloísa Liberalli Bellotto

11 Apresentação

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Aurora Leonor Freixo

Parte 1 – Ensino em Arquivologia

17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación

Maria Manuela Moro Cabero

41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Carlos Alberto Araújo

61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

Flávia Helena Oliveira

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil

Welder Antônio Silva

Cíntia Chagas Arreguy

Leandro Negreiros

97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino

Fernanda Kieling Pedrazzi

Rafael Chaves Ferreira

Sonia Elisabete Constante

113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia

Ivone Guerreiro Di Chiara

Linete Bartalo

Miguel Luiz Contani

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**
André Porto Ancona Lopez
Rodrigo Fortes Ávila
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**
Solange Machado de Souza
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
José Maria Jardim
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
Solange Machado de Souza
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**
Djalma Mandu de Brito

Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**
Sandra Lúcia Rebel Gomes
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**
Cyntia Roncaglio
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**
Leandro Coelho de Aguiar
Renata Regina Gouvêa Barbalho
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**
Paola Rodrigues Bittencourt
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**
Ana Celeste Indolfo

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**
Brenda Couto de Brito Rocco
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**
Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**
Renato Pinto Venâncio
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**
Anna Carla Almeida Mariz
Thiago de Oliveira Vieira

Parte 4 – Arquivos e Tecnologias

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**
Daniel Flores
Débora Flores
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**
Sérgio Renato Lampert
Daniel Flores
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSM**
Débora Flores
Dulce Elaine Saul da Luz
Raul Ceretta Nunes
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Telma Campanha de Carvalho Madio
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**
Márcia Cristina Duarte Trancos
Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**
Camila Poerschke Rodrigues
Daniel Flores
Sérgio Renato Lampert
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**
Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**
Roberto Lopes dos Santos Júnior
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**
Carlos Henrique Juvêncio
Georgete Medleg Rodrigues
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**
Shirley Carvalhêdo
- 573 Recomendações e moções**

Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêm-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo. SP

Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo

A aplicação da Taxonomia no *software* de Descrição Arquivística ICA-AtoM

Daniel Flores

Débora Flores

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Esta investigação teve seu surgimento a partir das pesquisas iniciais do Grupo de Pesquisa CNPq – UFSM: GED/A sobre soluções em Software Livre para a Arquivologia, desde a gestão documental até a preservação digital em sistemas. Assim iniciou-se o estudo sistemático do ICA-AtoM.¹ O ICA-AtoM é uma ferramenta de software livre – SL, desenvolvido como política do Conselho Internacional de Arquivo – CIA/ICA (International Council of Archives), tendo como intuito proporcionar aos arquivos uma ferramenta para descrição arquivística, de uso facilitado, gratuita e de qualidade.

Os estudos iniciaram com a instalação da ferramenta, com base no seu uso, as dificuldades para os arquivistas e demais usuários, assim como a aplicação das normas.

É exatamente neste momento que nasce a aplicação da taxonomia como uma nova indagação, procedente e necessária, que nos faz estudar e analisar a sua função e tentar compreender como se dá o desenvolvimento de um vocabulário controlado, por conseguinte taxonomia, na referida ferramenta. O termo “taxonomia”, como é de uso no ICA-AtoM, traz consigo um valor conceitual, que para a arquivística ainda é novo, gerando questionamentos, dúvidas e incertezas.

1 Site do ICA-AtoM – <<http://www.ica-atom.org>>

O ICA-AtoM, também, por si só, é novo no cenário arquivístico. Somente uma instituição de ensino, a UFSM, ainda em disciplinas complementares, vem abordando exaustivamente o software em sala de aula, conforme análise de projetos pedagógicos e materiais das disciplinas nos portais dos cursos de graduação. O próprio Arquivo Nacional em recente evento, o I SINGPAD² – Simpósio Nacional sobre Gestão, Preservação e acesso aos Documentos Arquivísticos, explanou, em sua oficina sobre a ferramenta, suas inquietudes e críticas em relação ao software, principalmente as dificuldades encontradas.

A taxonomia, termo muito utilizado pela Ciência da Informação, se refere a uma classificação sistemática, como uma ferramenta de organização intelectual. É empregada em portais institucionais e serviços de documentos digitais como um novo mecanismo de consulta, juntamente com as ferramentas de busca.

Assim, considerando a abordagem no ICA-AtoM da taxonomia, não nos coube prescindir desta investigação, e sim construir uma proposta de estudo e ir atrás dos questionamentos que foram formulados através de nossos objetivos norteadores.

Desta maneira, foi possível estabelecer, como objetivo geral da investigação, a análise da aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AtoM. Já como objetivos específicos, buscou-se: – identificar e contextualizar a taxonomia e o vocabulário controlado para Arquivologia; – contextualizar o software de descrição arquivística ICA-AtoM para o cenário arquivístico; – analisar a forma da aplicação da taxonomia no ICA-AtoM, visando apresentar uma contextualização desta funcionalidade.

Como desenho metodológico, a pesquisa apoiou-se em Andrade (2007), onde pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos. Portanto, pesquisar é, na Ciência, a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Neste sentido, esta pesquisa apresentou-se como aplicada, quanto à natureza, já que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20)

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa foi descritiva, pois conforme Gil (1991) pretende descrever características de determinada população ou fenômeno, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis. Já a abordagem foi qualitativa, visando à elaboração de conhecimento que possibilite a compreensão e transformação da realidade em relação ao tema apresentado.

2 I SINGPAD – CONARQ, de 9 a 12 de abril de 2013, <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>

Para a coleta de dados, ademais das fontes de publicações de revistas da Arquivologia, foram consideradas as fontes comumente utilizadas em Sistemas de Informação e Tecnologia da Informação, como forma de melhor contextualizar e compreender a ferramenta e seu desenvolvimento. Ainda, na parte de análise da ferramenta, foram coletados dados diretamente no software, visando documentar e analisar como se dá a aplicação da taxonomia no funcionamento do mesmo. Ao analisar-se a taxonomia no ICA-AtoM, verificou-se que houve uma grande preocupação com a taxonomia no sistema, ou seja, denota que existe também uma grande preocupação com a busca e recuperação das informações nele inseridas.

Referencial teórico

A descrição arquivística

De acordo com (CARBONE, 2003 apud SOUZA et al., 2006), a Arquivologia estabelece critérios próprios mediante uma lógica e metodologias próprias para servir de encaminhamento à pesquisa e ao conhecimento. “Dentre as metodologias, está a Descrição Arquivística, que é o ato de descrever e representar informações contidas em documentos e/ou fundos de arquivo, gerando instrumentos de pesquisa (inventários, guias, catálogos etc.)”. (SOUZA et al., 2006, p. 41)

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67) conceitua descrição arquivística de documentos como o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”.

Lopes (1996) citado Hagen (1998), afirma que “a descrição ocorre em todos os momentos o tratamento dos documentos [...] a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos”.

Heredia Herrera (1991, p. 300) define a descrição como “uma ponte que comunica o documento com os usuários”. A autora destaca ainda o aumento da demanda de pesquisa na documentação, uma vez que os instrumentos de pesquisa compreendem também a localização dos documentos.

Ainda, Bellotto (2004) apresenta as formas tradicionais dos instrumentos arquivísticos de referências: a) o “guia”, de acesso fácil para o grande público por ter linguagem abrangente e popular. O guia é apresentado como o primeiro instrumento que deve ser consultado pelo pesquisador; b) o “inventário”, aquele que detem representações de conjuntos documentais ou parcelas do fundo com descrições sumárias, permitindo um prévio conhecimento do con-

teúdo do documento, antes de se ter acesso a uma descrição mais detalhada; c) o “catálogo” é aquele instrumento que possui descrições de cada peça documental em uma ou mais séries, ou de uma parcela da documentação que tenha sido escolhida, respeitando ou não a ordem de classificação; d) o “catálogo seletivo”, que traz uma “relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada unidade documental integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente”. (BELLOTO, 2004, p. 212)

Para Rousseau e Couture (1998) o arquivista deve aprender, compreender, estruturar, classificar, arrumar e descrever a informação orgânica e registrada de modo global, antes de detalhá-la.

Ainda, para Heredia Herrera (1991), tanto na fase administrativa como na permanente, a descrição sempre é desenvolvida com o foco na recuperação da informação pelo usuário de forma eficiente e eficaz.

A taxonomia

De uma forma tradicional taxonomia é a classificação sistemática e hierárquica dos seres vivos na biologia, as espécies da botânica e da zoologia. Todavia, esta abordagem ou terminologia, acabou sendo adotada pela Ciência da Informação, assim como por outras áreas.

A Ciência da Informação apropria-se deste conceito dando-lhe uma nova roupagem, com base mais precisamente na “classificação sistemática” assim, atualmente, as taxonomias são sistemas de classificação, de uma dada área, criadas com a finalidade de recuperar as informações de empresas e instituições. Partindo-se de estruturas conceituais constrói-se taxonomias, vocábulos controlados, respeitando-se uma classificação hierárquica a serviço da recuperação de informações, muito utilizado em sistemas web de compras e softwares.

Para Luz, (2009, p. 1) diversos foram os fatores no final dos anos 90 que deram origem ao interesse em taxonomia:

- a) Sobrecarga de Informação: Os motores de busca convencionais são vistos, com frequência, como inadequados para lidar efetivamente com bases de dados muito grandes, e os usuários necessitam de ajuda de busca e filtros complementares;
- b) Alfabetização em busca por informação. Pesquisas têm mostrado que a maioria dos usuários finais tem problemas para saber como buscar informação;
- c) Reconhecimento da existência de Terminologias Organizacionais: Classificações e tesauros publicados não refletem as linguagens próprias das organizações;
- d) Desestruturação das organizações: Grupos diferentes de usuários começam a compartilhar informação e conhecimento dentro de contextos organizacionais;
- e) A informação está dispersa em diver-

sas bases de dados por toda a empresa. Ninguém sabe o que existe ou onde está e não existe um ponto unificado de acesso à informação.

O ICA-AtoM

O ICA-AtoM é um projeto colaborativo com a missão de prover a comunidade arquivística internacional com um software aplicativo gratuito e de código-fonte aberto para gerenciamento de descrição arquivística, em conformidade com os padrões do Conselho Internacional de Arquivos (ICA).³

O objetivo é disponibilizar um aplicativo fácil de usar, multilíngue, e totalmente baseado na web, permitindo que instituições possam representar seus acervos arquivísticos em meio eletrônico.

O software foi desenvolvido a pedido do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, e está baseado nas normas e padrões emitidas por ele.

O ICA-AtoM é software livre, e como tal, se constitui em ferramentas que se constituem como solução para gerenciar a informação contida nos documentos de instituições arquivísticas, conforme os preceitos que norteiam a filosofia do Projeto GNU:⁴

informática é uma questão de liberdade: as pessoas deveriam ter a liberdade de usar programas de todas as maneiras socialmente úteis. Programas de computador diferem de objetos materiais – como cadeiras, sanduíches e gasolina – em que podem ser copiados e alterados muito mais facilmente. Essas possibilidades tornam os programas tão úteis; cremos que usuários de Informática deveriam poder utilizá-las. (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2004)

É relevante salientar que software livre não é igual à software grátis, visto que a liberdade associada ao software livre de copiar, modificar e redistribuir independe de gratuidade. Existem programas que podem ser obtidos gratuitamente, mas que não podem ser modificados nem redistribuídos. Em contrapartida, os usuários podem pagar uma taxa para receber cópias dos softwares, ou obtê-las sem nenhum custo. A regulamentação destas questões segue as categorias de licença do software livre e do software de código aberto (open source), tais como, GNU/GPL – General Public License e GNU/LGPL – Lesser General Public License, entre outras.

3 Fonte: Disponível em: <<https://www.ica-atom.org/>> Acesso em: 30 abr. 2013.

4 Free Software Foundation. Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/philosophy.pt-br.html>>. Acesso em: 10 de abr. 2013.

Análise e discussão dos resultados

Como fruto de análise do sistema e da literatura concernente, apresentamos os resultados e as discussões conforme os questionamentos, para tal, dividimos os atingimentos de acordo com os objetivos do trabalho, como forma de melhor sistematizar os dados e chegar às conclusões.

Taxonomia e vocabulário controlado

A taxonomia era cunhado e de uso próprio da biologia e se refere à conceitos de classificação sistemática dos seres vivos, tendo como base a concepção de uma estrutura hierárquica de organização, partindo de um termo geral a um termo mais específico.

Assim, a Ciência da Informação se apropria deste conceito, pois é exatamente a essência de significação, a classificação, juntamente com o termo, já apropriado, que passa ao domínio linguístico desta grande área. Denominando, desta forma, através do seu uso, que taxonomia é a classificação sistemática do conhecimento, onde se constrói, de foma hierárquica, um relacionamento entre termos, que parte das relações mais simples até as mais complexas. Desta forma, a taxonomia, termo e conceito ainda pouco difundido na Arquivologia, se refere às estruturas de classificação de termos de uma área específica e suas relações, ou seja, é a construção de um vocabulário controlado. Falta o conhecimento, a experiência do fazer, deste saber ainda tão desconhecido na Arquivologia. Verifica-se, também que, de acordo com o perfil de cada curso existente, pode ter um conhecimento maior ou menor sobre o assunto. E é por isso que se deve beber diretamente da fonte do conhecimento, pois o vocabulário controlado, é já um velho conhecido da Biblioteconomia. E trabalhar com a taxonomia no ICA-AtoM é trabalhar com o vocabulário controlado. É o uso linguístico de termos e seus intrínsecos conceitos para a criação de uma taxonomia de uma área específica.

De acordo com Campos e Gomes (2008, p. 3):

No âmbito da Ciência da Informação as taxonomias podem ser comparadas a estruturas classificatórias como as Tabelas de Classificação, que têm como objetivo reunir documentos de forma lógica e classificada. Atualmente, as taxonomias reúnem todo tipo de documento digital e permitem, diferentemente das estratégias de busca, um acesso imediato à informação. Ao contrário das Tabelas, que oferecem um endereço [notação] que localiza os documentos nas estantes, a taxonomia prescinde de notação.

Como se pode verificar nas palavras de Campos e Gomes, a taxonomia tem um papel surpreendentemente importante nos dias de hoje. Em um mundo globalizado, onde o uso das

tecnologias se faz cada vez mais presente na vida de cada cidadão, tanto na sua forma privada através do uso da internet, celulares, smartphones, tablets, quanto na sua vida pública, como no uso de computadores de acesso à informações junto aos órgãos do governo, entidades bancárias entre outros. Assim, o vocabulário controlado tem como objetivo principal, ademais de estandarizar o uso de termos, servir de meio para a busca e recuperação de informações, resultando em um acesso de forma rápida e sem equívocos. E isso exige das instituições uma formação técnica especializada e de uma plataforma tecnológica.

Ainda, deve-se dizer que a taxonomia também é a denominação dada a um dos tipos de vocabulário controlado, entre os quatro existentes, que são: a lista, o anel de sinônimo, a **taxonomia** e o tesouro, indo do menor ao maior nível de complexidade respectivamente, nas suas relações semânticas, e que são as relações de equivalência ou sinonímia, de hierarquia e de associação.

A complexidade é proporcional à quantidade de tipos de relações semânticas existentes entre os termos. Quanto maior a quantidade de tipos de relações semânticas, maior a complexidade do vocabulário controlado. Assim, ao trabalharmos as relações entre termos de um VC, classificamos os tipos de relações existentes e identificadas da seguinte forma:

- **de relações hierárquicas:** (TG) termo geral e (TE) termo específico;
- **de associação:** (TR) Termo relacionado;
- **de preferência ou equivalência:** (USE) e Usado Para (UP).

No caso das relações de preferência há um conceito para dois ou mais termos, onde apenas um deve ser escolhido como o preferido. Neste caso se usa entre os termos o USE, o qual remete do termo não preferido a um termo preferido e o UP de um termo preferido a um não preferido, que é o termo de sinonímia, que se expressa da seguinte maneira:

- mexerica USE **bergamota**
- **bergamota** UP mexerica

A taxonomia se faz presente nas tecnologias, na globalização, e assim na Arquivologia. Totalmente novo e desconhecido por muitos, que para alguns, pelo próprio termo, já fica receoso. Mas após um árduo trabalho de pesquisa, vê-se da necessidade de nós na Arquivologia estarmos preparados para este novo desafio, conhecer, aprender e fazer uso da taxonomia. Há a necessidade de conhecer o que é um vocabulário controlado, como se constrói e como se

dá sua classificação hierárquica. São novos saberes que se faz necessário dominar neste novo momento de inclusão digital, dos arquivos digitais

O ICA-AtoM no cenário arquivístico

O ICA-AtoM é uma ferramenta de software livre para descrição arquivística, desenvolvido a pedido do Conselho Internacional de Arquivos – CIA/ICA (*International Council of Archives*), tendo como intuito proporcionar aos arquivos uma ferramenta de qualidade, com uso facilitado e gratuito.

Ele é um projeto colaborativo, e está em conformidade com as normas internacionais de descrição como a ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH, ISDF, entre outras. O seu objetivo é ser um aplicativo fácil de ser utilizado, multilíngue e baseado totalmente na *web*. O ICA-AtoM é uma aplicação desenvolvida em linguagem *PHP* e utiliza a base de dados *MYSQL* no armazenamento de dados. A pesquisa textual é através do *LUCENE*, e comporta pesquisa textual livre em todos os campos da descrição.

Por ser gratuito e de código-fonte aberto, permite que as instituições que o utilizam façam adaptações e melhorias de acordo com sua realidade, e utiliza esse *feedback* para aprimorar as versões posteriores.

Todavia é importante salientar que o ICA-AtoM é software livre, e assim contempla as quatro liberdades defendidas pela comunidade. Segundo Mendes (2006) existem quatro liberdades preconizadas pelos desenvolvedores de software livre

(i) executar o software para qualquer fim; (ii) estudar e entender como funciona o software e adaptá-lo como se desejar; (iii) distribuir e compartilhar o software; (iv) melhorá-lo e redistribuir suas modificações publicamente, para que todos possam se beneficiar. (MENDES, 2006, p. 24)

Ainda em relação ao SL, a adoção de suas liberdades ou políticas acaba por denotar também a adoção de formatos abertos de documentos, formatos standardizados, a adoção de licenças de software que garantam o acesso ao código fonte, liberdade de uso, de modificações, de compartilhamentos e de alterações que podem ser necessárias na ferramenta.

A denominação ICA-AtoM é o proveniente de “*International Council of Archives – Access to Memory*”, em português “acesso à memória”. O grande objetivo do software é o acesso à memória da sociedade, baseando-se na disponibilização dos acervos das instituições arquivísticas, e criando um vocabulário controlado através de taxonomias para um acesso universal, em uma rede colaborativa de compartilhamento de informações.

De acordo com Gonçalves, (2012, p. 65) uma das vantagens na utilização deste software está na “possibilidade de acesso remoto aos documentos, bem como a visualização, através da estrutura do software, das hierarquias e das vinculações que os documentos estabeleceram no cumprimento de sua função”.

Neste mesmo sentido, Fox (2007) preconiza os sistemas informatizados com objetivo de acesso simultâneo à informação sobre o acervo de múltiplos arquivos, indexados consistentemente, de modo a maximizar a eficiência e efetividade do processo de pesquisa.

Segundo Paes, (2005) o arquivo consiste na acumulação ordenada dos documentos, onde a mesma destaca que a maioria é textual, produzidos por uma instituição ou pessoa, embora falte aí o registro dos recebidos, na consecução ou curso de sua atividade, e preservados para os fins de seus objetivos, visando a utilidade que poderão oferecer no futuro, para a pesquisa, como prova, etc.

A recuperação de documentos de arquivo é viabilizada por meio dos instrumentos de pesquisa, que por sua vez, “completam o trabalho de um arquivo com a finalidade de propiciar o acesso aos documentos, consulta e divulgação do acervo e se apresentam em vários formatos e cada um possui características próprias, que vão atender as necessidades dos pesquisadores”. (SOUZA et al., 2006, p. 44)

Para os autores, a Descrição Arquivística é o ato de descrever e representar informações contidas em documentos e/ou fundos de arquivo, gerando instrumentos de pesquisa, os quais explicam os documentos de arquivo quanto a sua localização, identificação e gestão, além de situar o pesquisador quanto ao contexto e sistemas de arquivo que os gerou. (SOUZA et al., 2006)

Ainda mais aprofundadamente, Andrade (2007) define a Descrição Arquivística como uma atividade realizada em acervos históricos que já tiveram a definição do arranjo, e consiste em descrever o conteúdo, contexto e estrutura dos documentos seguindo uma ordem de abrangência que segue do amplo para o específico.

Neste contexto, surge a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G) publicada em português pelo Arquivo Nacional em 2000. A norma tem por objetivo estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, que podem ser aplicadas independentemente da forma ou suporte dos documentos.

Como norma complementar à ISAD(G), o Arquivo Nacional também publica em 2004 a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR(CPF), que regula a descrição do produtor, enquanto entidade fundamental para o contexto dos documentos descritos.

Seguindo na linha de normatização para Descrição Arquivística, é publicada a Norma Internacional para Descrição de Funções – ISDF (CONSELHO INTERNACIONAL DE AR-

QUIVOS, 2008), que fornece diretrizes para a preparação de descrições de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção de arquivos.

Enquanto isso, para a descrição da Entidade Custodiadora, é publicado também pelo Arquivo Nacional, em 2009, a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH, que tem por objetivo “facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torná-los disponíveis para o público em geral”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009, p. 11)

Paralelamente às normativas internacionais, o Arquivo Nacional lança em 2006 a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, que estabelece diretrizes para a descrição no Brasil, porém, compatíveis com as normas internacionais em vigor.

O ICA-AtoM contextualiza todas estas normas, e segue o padrão estabelecido por elas. É nesse ponto que ele surge como um *Software* que possibilita a interação de diversos acervos e usuários, servindo inclusive como uma plataforma de uma única instituição, ou mesmo de várias instituições. Uma vez que uniformiza o padrão das descrições, é possível controlar as informações relativas a entidades que podem estar associadas, bem como estabelecer relações existentes entre diversos autores e os documentos por eles produzidos, e sobre o contexto das funções de produção do documento.

Acrescenta-se que o ICA-AtoM utiliza pontos de acesso, para localização da informação, que podem ser definidos a partir dos registros de autoridade, das instituições e das funções que a geraram, também associados aos grupos taxonômicos existentes no ICA-AtoM.

A utilização do ICA-AtoM de um modo geral, permite integrar e relacionar os registros descritos, dentro de um padrão utilizado internacionalmente, e de maneira a formar uma rede de acervos arquivísticos disponibilizados via *web* a qualquer local do mundo. O *software* representa uma ferramenta tecnológica capaz de auxiliar e otimizar uma das funções primordiais dos arquivos: o acesso à memória.

A taxonomia no ICA-AtoM

Ao analisar-se a taxonomia no ICA-AtoM, verifica-se que houve uma grande preocupação com a taxonomia no sistema, ou seja, denota que existe também uma grande preocupação com a busca e recuperação das informações nele inseridas. O sistema descritivo de documentos digitais arquivísticos, desenvolvido a pedido do CIA, apresenta atualmente 31 categorias taxonômicas, considerando as normas em que o ICA-AtoM foi concebido.

Tais categorias são utilizadas na inserção de termos de uma classe taxonômica, um vocabulário controlado, de acordo com sua necessidade ou descrição ao serem trabalhadas ao descrever-se cada documento ali inserido.

Há ainda de se registrar que embora o alimentador do sistema não faça uso sistemático da taxonomia, e nem sequer alimente termos no menu correspondente, ainda assim o ICA-AtoM vai considerar os termos utilizados diretamente na identificação dos conjuntos documentos como elementos da taxonomia, gerando uma inconsistência de dados. Pois o usuário ao fazer a descrição de seus documentos e, ao inserir as referidas informações, normalmente fará uso de “assunto” ou de “lugar” preenchendo os referidos metadados, os quais são duas grandes categorias taxonômicas dentre as 31 existentes em uso pelo sistema. Assim, ao trabalhar-se com a descrição de documentos necessitamos também trabalhar a sua taxonomia, respeitando-se, claro, as grandes categorias de classificação.

Os metadados solicitados nas informações taxonômicas não são muitos e nem todos são obrigatórios, mas quanto maior as informações taxonômicas alimentadas, melhor a busca e recuperação de dados. Isso exige do usuário um estudo mais aprofundado nos seus documentos e um prévio estudo técnico do vocabulário controlado de seu conjunto documental, antes mesmo de alimentar os dados do sistema.

O sistema propicia a entrada dos dados taxonômicos por diversos meios, todos identificáveis como dados taxonômicos, não há como equivocar-se, o que é um grande facilitador, mas que ao mesmo tempo, para um usuário novato no serviço de alimentar o sistema pode, inicialmente e por algum tempo, não compreender por completo como se procede.

Mas deve-se informar aqui que o ICA-AtoM apresenta 4 atores de uso de seu sistema que são: o administrador; o editor; o colaborador e o tradutor. Sendo que cada um deles recebe permissão para acessar e fazer tarefas específicas delegadas pelo administrador. O que pode restringir o usuário, o seu acesso aos dados taxonômicos, a um ou outro meio de acesso que não a permitida.

Através do espaço de navegação na tela principal do sistema já se tem acesso à duas categorias taxonômicas, comentadas anteriormente, “Assunto” e “Local” o que denota da importância destes dados e do seu meio comum, pois todo e qualquer documento sempre se deseja saber a que assunto se refere e qual o lugar de sua produção. O qual também é um dos primeiros acessos à taxonomia.

O espaço taxonômico de acesso no menu, acima no canto a esquerda, temos outros dois acessos, o “Adicionar>Termos” e “Gerir>Taxonomias”. O primeiro para adicionar termos, já nos fornece as grandes áreas taxonômicas de classificação, e devemos selecionar uma delas para que se possa adicionar um vocábulo. O único problema que se nota inicialmente é que no campo das categorias taxonômicas se abre uma janela com apenas 10 das 31 categorias classificatórias. O que nos faz erroneamente pensar que, por não haver uma barra de rolagem, o acesso a este menu permita apenas a inserção de dados nas referidas categorias, sendo uma

forma de restringir o usuário na alimentação dos dados apenas nestas taxonomias. Mas, ao testar-se diversas vezes, descobriu-se que no campo taxonômico das categorias que, ao inserir-se as primeiras letras dos termos de classificação, que até então não eram apresentadas, é aceito e selecionado sem nenhum problema. Logo, verificou-se que o acesso se dá a qualquer grande área taxonômica, que não há nenhuma restrição quanto a isso. O que há é apenas um erro no próprio desenho. Mas que também em nada altera a qualidade e a desenvoltura do software.

Já o segundo, “Gerir > Taxonomias”, também possibilita inserir os termos. Mas antes de tudo é neste espaço que se gerencia, se conhece e acessa a lista taxonômica das grandes áreas presentes no software. E é a partir desta lista que se constrói a hierarquia taxonômica dos documentos arquivísticos no software. É neste espaço que se verifica ou que se constata se a hierarquia da taxonomia está perfeita ou tem problemas, permitindo editar ou deletar um termo.

Outrossim, também verifica-se, e que está correto, por mais que se adicione um termo, se não houver um uso vinculado a um documento arquivístico, em nenhuma pesquisa ou busca se encontrará o referido termo. Mas, através do Administrar ou Gerir, é possibilitado o acesso a toda hierarquia taxonômica existente e de todos os seus termos e relações conceituais construídas.

Assim, como já fora afirmado anteriormente, é necessário que juntamente com a descrição dos documentos se deve fazer o estudo de sua taxonomia. Alguns especialistas afirmam que se deve fazer este estudo a partir da classificação dos documentos, o que me parece, nos dias de hoje, ainda muito difícil de acontecer, talvez com o tempo, a conscientização e a madurez nos serviços prestados pelos arquivos digitais, com o livre acesso às informações. Por isso, acredita-se que ao escolher o uso do ICA-AtoM para a descrição arquivística, já se deve ter em mente que na descrição dos documentos devemos trabalhar conjuntamente a taxonomia, para que não haja duplicidade de informações ou a falta de relação correta entre os documentos descritos, para que se tenha uma recuperação de informações 100% satisfatória. Basta reconhecer e aprender o uso da taxonomia, respeitando-se as hierarquias que possam existir ou que possam ser construídas durante o trabalho taxonômico.

Por último, há a necessidade de comentar que as traduções, principalmente na nossa língua portuguesa brasileira, há alguns equívocos, assim como ocorre em outras línguas, mas se faz necessário um maior cuidado, um melhor tratamento neste campo, um maior envolvimento da comunidade, pois em se tratando de uma iniciativa tão importante para a comunidade arquivística, induzida pelo Conselho Internacional de Arquivos como uma política e como software livre que corrobora para a preservação digital, merece uma dedicação e cuidado mais aprofundado.

Considerações finais

A taxonomia é implementada no ICA-AtoM e apresenta uma relação imbricada com toda a concepção da ferramenta, sua adoção é quase compulsória, pois mesmo que o usuário não faça a alimentação dos termos no menu correspondente da taxonomia, ao identificar os conjuntos documentais, automaticamente a taxonomia vai se construindo, e desta forma, se for sem orientação e metodologia, os resultados são desastrosos no sentido de recuperação da informação e dos documentos no sistema.

Foi possível atingir plenamente o primeiro objetivo específico da investigação, a taxonomia foi identificada como uma das divisões dos vocabulários controlados, assim como os tesouros, as listas, os anéis, etc. Assim como foi possível realizar uma contextualização à Arquivologia, ressaltando sua importância para a identificação e recuperação dos documentos arquivísticos em sistemas informáticos.

O ICA-AtoM foi contextualizado no cenário arquivístico, sua criação, o contexto indutor do Conselho Internacional de Arquivos, as normas contempladas, a questão do potencial da adoção das políticas do Software Livre como caracter importante para a preservação digital e o estabelecimento do sistema como uma ferramenta de descrição indispensável para o fazer arquivístico de descrição e difusão web de forma indissociada.

Embora o mesmo se apresente na literatura como algo inovador, pôde ser constatado que o mesmo vem sendo objeto de estudo, de pesquisa científica e de adoção por instituições arquivísticas ou detentoras de acervos arquivísticos que o vem consolidando não como uma opção, mas sim como uma política de fazer descrição de forma padronizada, acessível e pensando na preservação digital dos conjuntos documentais contemplados.

A taxonomia implementada no ICA-AtoM está muito bem elaborada, se mostrou adequada ao que o sistema se propõe, possibilitando o uso de uma taxonomia menos complexa, apenas com informações de relações hierárquicas, ou ainda com implementações mais complexas referenciando relações de associação e de preferência ou equivalência também.

Desta forma, foi possível com esta investigação concluir que a implementação e a adoção da taxonomia no sistema de descrição arquivística ICA-AtoM apresenta uma evolução positiva e significativa na recuperação da informação, na entrada de dados no sistema e na abordagem de referenciais como dos vocabulários controlados na Arquivologia. Propiciou uma aproximação mais efetiva da descrição com a recuperação da informação e indexação tanto na Ciência da Informação como nos referenciais da Tecnologia da Informação. Ademais, propiciou o desenvolvimento de novas perspectivas de estudo e pesquisa do ICA-AtoM e da aplicação da taxonomia nos documentos arquivísticos.

Referências

ANDRADE, R. S. *Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. Ponto de Acesso*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 70-100, jul./dez. 2007.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CAMPOS, M. L. de A.; GOMES, H. E. Taxonomia e Classificação: o princípio de categorização. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago08/F_I_art.htm>. Acesso em: 30 abr. 2013.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISDF: Norma internacional para descrição de funções*. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico*. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

FOX, M. *Por que precisamos de normas. acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 23-30, jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/127>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. *O sistema Operacional- Filosofia do Projeto GNU*. Tradução de Leandro Guimarães Farias Corcete Dutra. [S.l.], 2004. Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/philosophy.pt-br.html>>. Acesso em 10 de abr. 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, A. A preservação e Acesso do Acervo da Faculdade de direito Clovis Bevilacqua através do ICa-atoM. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA 11., 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: anpuhrs, 2012. p. 58-68. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346375492_ARQUIVO_ANPUH.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013.

HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de normalização da descrição arquivística. *Ci.Inf., Brasília, DF*, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/312/278>>. Acesso em: mar. 2013.

HEREDIA HERRERA, A. La descripción. In: HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general teoría y práctica*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

LUZ, C. Taxonomia: simples assim. *Blog do Arquivista 2.0*, [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://arquivistadoisponzero.wordpress.com/2009/06/09/taxonomia-simples-assim/>> Acesso em: 20 abr. 2013.

MENDES, Cássia Isabel Costa. *Software livre e inovação tecnológica: uma análise sob a perspectiva da propriedade intelectual*. 2006. 282 f. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: Unicamp, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?down=vtls000378144>>. Acesso em 30 abr. 2013.

PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <http://www.ppgep.ufsc.br/Metodologia_da_Pesquisa_3a_edicao.zip>. Acesso em: 24 abr. 2013.

SOUZA, P. de M. et al. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 38-51, ago./dez. 2006.

Taxonomias do planejamento à implantação: Taxonomias – Os tipos de vocabulários controlados. Disponível em: <http://www.experienciasemantica.com/paginas/publicacoes_04.html>. Acesso em: 15 abr. 2013.

YAKEL, E. Archival Representation. *Archival Science*, Toronto, v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.

